

## **INFLUÊNCIA DOS STAKEHOLDERS NA ECONOMIA ECOLÓGICA: UMA PERSPECTIVA DIANTE DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

*Denise Barros de Azevedo*

Professora Adjunta do Mestrado em Produção e Gestão Agroindustrial e do Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade ANHANGUERA-UNIDERP e Doutora em Agronegócios pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: deniazevedo@hotmail.com

*Daniel Arruda Coronel*

Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Doutor em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). E-mail: daniel.coronel@ufv.br

*Guilherme Cunha Malafaia*

Pesquisador Classe A da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade de Caxias do Sul (UCS). E-mail: gcmalafa@ucs.br

**Resumo:** A participação dos *stakeholders* nos debates ambientais favoreceu a discussão de novos temas. Este ensaio retrata os *stakeholders* inseridos na economia ecológica no contexto das mudanças climáticas e inserindo estas condições no universo dos *stakeholders*, aliado à Economia Ecológica para criar um compromisso climático global. A partir do momento em que estas variáveis estão em sintonia individual ou em conjunto, com o intuito de resolver os efeitos da mudança climática, os *stakeholders* tornam-se sujeitos principais, intervindo em processos de identificação e criando condições de estratégias em diferentes níveis. Buscou-se uma análise através de uma revisão bibliográfica da Teoria dos *Stakeholders* e da Economia Ecológica e percebeu-se que existe uma grande influência dos *stakeholders* nesta última.

**Palavras-chaves:** *Stakeholders*; Economia Ecológica; Mudanças Climáticas

## **INFLUENCE OF STAKEHOLDERS IN ECOLOGICAL ECONOMIC: ONE PERSPECTIVE OF CLIMATE CHANGE**

**Abstract:** The participation of stakeholders in the environmental debates favored the discussion of new themes. This assay consists in stakeholders inserted in the ecological economy in the context of the climatic changes. These conditions in the universe of stakeholders joined Ecological Economy to create global a climatic commitment. From these moment that variable are in individual tuning or set with intention to decide the effect of the climatic change, stakeholders becomes subject main intervined in identification processes and creating conditions of strategies in different levels. An analysis through a bibliographical revision of the Theory of the Stakeholders and the Ecological Economy. As result of the analysis concluded it great influence of stakeholders in the Ecological Economy.

**Key-words:** Stakeholders, Ecological Economic, Climatic Changes

### **INTRODUÇÃO**

As mudanças climáticas são fatos que estão ocupando espaços relevantes nos meios científico-acadêmicos, econômicos (industrial e produção agrícola), políticos e na sociedade civil. Os motivos dessas preocupações estão relacionados a usos inadequados do solo, recursos naturais e minerais, poluições hídricas e atmosféricas e desmatamentos, resultando em sérios problemas ao meio ambiente, como enchentes, tornados, furacões, secas, elevação do nível do mar, dentre outros (IPCC 2007; FAO 2008).

Diante desse cenário, a participação dos *stakeholders* nos debates ambientais favoreceu a discussão de novos temas em níveis locais, nacionais e internacionais (NAE 2005). *Stakeholders* podem ser

definidos como indivíduos ou organizações que afetam e são afetados por problemas ou objetivos (FREEMAN, 1984), os quais causam e sofrem os impactos das mudanças climáticas. Ou seja, os *stakeholders* apresentam perspectivas e conhecimentos necessários para desenvolver e construir soluções ou estratégias, assim como poderes e recursos para implementá-las.

Os *stakeholders* são as figuras centrais dos efeitos das mudanças climáticas e apresentam valores e preferências diferenciados. Constanza (1994) afirma que um dos principais gargalos da economia ecológica consiste em harmonizar as preferências dos *stakeholders* por meio de compreensão das ligações entre os sistemas econômicos e ecológicos, especialmente no longo prazo e em uma perspectiva global.

O que se percebe é que o meio ambiente está preocupando toda a sociedade, e a economia ecológica

surge como um campo transdisciplinar, juntamente com os *stakeholders*, como alternativas de solução à sua mitigação. Neste ensaio, busca-se responder a seguinte questão: como os *stakeholders* inseridos na abordagem da economia ecológica se posicionam frente às mudanças climáticas?

Neste ensaio, a atividade humana será retratada como *stakeholders*, pois se evidencia como parte essencial no processo das mudanças climáticas. A questão do possível aumento dos efeitos climáticos remete ao problema da vulnerabilidade das populações e dos ecossistemas em relação aos aspectos físicos, sociais e econômicos.

Verifica-se que, além do desafio do bem-estar, o problema da mudança climática coloca um dilema ético e exige uma resposta global que envolve todos os países, comunidades locais e globais e os setores público e privado.

Diante deste cenário, cria uma dependência da substância e da equidade dos compromissos nacionais e do processo que será desenvolvido para promover a cooperação em escala global, nacional e local. E, segundo Figueres & Ivanova (2005), as condições em questão serão informações adequadas, articulação e barganha de questões, potencial tecnológico e mudança de valores. Essas condições devem ser inseridas e observadas no universo dos *stakeholders* juntamente com a visão de abrangência da Economia Ecológica para criar um compromisso climático global. A partir do momento em que estas variáveis estão em sintonia individual ou em conjunto com o intuito de resolver os efeitos da mudança climática, os *stakeholders* tornam-se sujeitos principais, intervindo em processos de identificação dos efeitos das mudanças climáticas e criando condições de estratégias em diferentes níveis.

A economia ecológica abrange uma abordagem transdisciplinar que engloba os inter-relacionamentos. O termo transdisciplinar vai além das concepções tradicionais das disciplinas científicas, tentando integrar e sintetizar as perspectivas disciplinares diferentes, entretanto, não é uma nova disciplina, mas uma nova maneira pluralista de se abordar os problemas (CONSTANZA, 1994).

Segundo Pohl (2005), pesquisas transdisciplinares solucionam problemas complexos como a perda da biodiversidade e mudanças climáticas, principalmente onde a pesquisa disciplinar não é capaz de solucionar. Esta linha de pensamento introduz as duas abordagens, a Teoria de *Stakeholders* e a Economia Ecológica, pois a colaboração entre ambas é altamente relevante para o estudo das mudanças climáticas, uma vez que essas mudanças envolvem elaborar estudos multidisciplinares pelas complexidades de diferentes indivíduos e grupos de indivíduos situados em diferentes condições de clima e níveis de aquecimento global bem como criar estratégias para a sua adaptação.

Sendo assim, neste trabalho, pretende-se verificar a influência dos *stakeholders* nas mudanças climáticas na abordagem da Economia Ecológica.

Este ensaio é estruturado em quatro partes. Primeiramente, faz-se uma revisão bibliográfica dos efeitos das mudanças climáticas, seguido, na segunda parte, da Teoria de *Stakeholders* e Economia Ecológica. Na terceira parte, apresenta-se uma convergência da Teoria de *Stakeholders* e da Economia Ecológica, seguida pelas considerações finais, e por último, as referências.

### **Efeitos das Mudanças Climáticas**

As previsões do “Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2007” (QUARTO RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PAINEL INTERGOVERNAMENTAL SOBRE MUDANÇA DO CLIMA<sup>1</sup>) e do Relatório Stern revelaram que a temperatura média da Terra vai aumentar e causará grande mudança na biodiversidade de todo o planeta, assim como fenômenos naturais ocorrerão em maior intensidade.

Além desses cenários de previsões, cientistas passaram a ter mais certeza de que as atividades humanas são as maiores influências nas mudanças climáticas. Os especialistas do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, sigla em inglês) passaram a acreditar que, em vez de *certeza grande*<sup>2</sup>, *têm certeza muito grande de que o aquecimento global* está ocorrendo por influências antrópicas.

O Quarto Relatório afirma que os principais fatores para o aumento médio da temperatura mundial estão relacionados com a mudança no uso da terra e com o aumento das concentrações de dióxido de carbono (gás mais relevante para o aquecimento), metano e óxido nitroso na atmosfera. As principais fontes de aumento da concentração desses gases na atmosfera devem-se à queima de combustíveis fósseis e à agricultura.

Diversas previsões foram citadas no Quarto Relatório, porém serão mencionadas as mais importantes para o comitê:

é *muito provável* que os extremos de calor, ondas de calor e ventos de forte precipitação continuem sendo mais frequentes;

é *provável* que os futuros ciclones tropicais (tufões e furacões) fiquem mais intensos, com velocidades maiores dos ventos e mais precipitação forte, associados aos aumentos atuais das temperaturas da superfície do mar tropical. Há menos certeza nas projeções de uma redução global dos números de ciclones tropicais;

---

<sup>1</sup>Tradução oficial do Ministério de Ciência e Tecnologia do Brasil.

<sup>2</sup> Os seguintes níveis de certeza foram usados para expressar a opinião dos especialistas sobre a correção do conhecimento científico usado como base: certeza muito grande, uma chance de 9 em 10 de estar correto; certeza grande, uma chance de 8 em 10 de estar correto.

é provável que as temperaturas das noites quentes, noites frias e dias frios mais extremos tenham aumentado e aumentem em razão de atividades antrópicas. É *mais provável* que as atividades humanas tenham aumentado o risco de ondas de calor; projeta-se que o manto de gelo da Antártica continuará muito frio para um derretimento generalizado da superfície e deve ganhar massa em razão do aumento da neve; e projeta-se uma contração da cobertura de neve e um aumento das perdas de massa de gelo com um aumento da temperatura.

Esses fatos estão ocupando espaços relevantes nas preocupações da sociedade civil e científica no mundo. As mudanças climáticas influirão na biodiversidade, no agronegócio, nas mudanças ambientais, nos regimes hídricos e nas condições de saúde da população. Estas se constituem em problemas cujos fatos são incertos, valores estão em disputa, e decisões devem ser tomadas urgentemente. Problemas relacionados à natureza ambiental não podem ser conduzidos normalmente tentando buscar a verdade com ciências isoladas, mas deve-se buscar soluções de problemas diferentes exemplificando conhecidas estratégias como *Post-normal science*<sup>3</sup> (VAN DER STUIJS, 2002). A ciência é o caminho mais importante para as combinações da sustentabilidade, pois identifica o condutor crítico das mudanças climáticas e os seus riscos, inclusive analisa e modela os impactos e vulnerabilidades<sup>4</sup> dos eventos extremos climáticos.

Salienta-se que as mudanças climáticas envolvem estudos multidisciplinares pelas complexidades de diferentes indivíduos e grupos de indivíduos situados em diferentes condições de clima e níveis de aquecimento global com intuito de compreender as dinâmicas climáticas bem como criar estratégias para a sua adaptação.

Dentre todos esses fenômenos, o aquecimento global destaca-se por ser oriundo do conteúdo dos gases de efeito estufa, implicando modificações em outras variáveis como precipitações globais e elementos do sistema atmosférico que são afetados com as mudanças nas concentrações de gases de efeito estufa no ambiente. Os gases mais relevantes são o dióxido de carbono, produzido pelo uso de combustível fóssil, e o metano (CH<sub>4</sub>), juntamente com o óxido nítrico (NO<sub>2</sub>) de nitrogênio e os fluorados, liberados nas diversas atividades produtivas.

---

<sup>3</sup> Post-normal science por Funtowicz & Ravetz (1993) pode ser caracterizado como a ciência em que a dicotomia de valores e fatos tradicionais não pode ser mantida. Fala-se em fatos incertos, valores em disputa e decisões urgentes.

<sup>4</sup> Define Vulnerabilidade através do IPCC como um grau de suscetibilidade de um sistema aos efeitos adversos da mudança climática, ou sua incapacidade de administrar esses efeitos, incluindo variabilidade climática e extremos.

Em documentos da IPCC (2007), a expressão “muito provável” definida como 90% de certeza, confirmou que o aquecimento é devido à atividade humana e não a causas naturais, contradizendo o relatório anterior, que afirmava que era “provável”, definindo como 66% de confiança. Segundo ainda o relatório, a estimativa para o aquecimento global é de aumento entre 1,8 a 4,0 graus (podendo chegar a 6,4%).

As diferenças não se apresentam somente onde os países desenvolvidos e menos desenvolvidos encontram-se, pois as causas e efeitos das mudanças climáticas posicionam-se em países de diferentes graus de desenvolvimento, mas em situações semelhantes nas suas vulnerabilidades territoriais em detrimento do derretimento das calotas polares e o aquecimento da atmosfera e dos mares.

Seria preciso reduzir 60% da emissão global de GEC para estabilizar sua concentração em níveis considerados menos perigosos para o sistema climático global (NAE, 2005), o que traria consequências nas economias dos países, principalmente o Brasil, país dependente dos recursos naturais relacionados ao clima na agricultura e na geração de energia.

Os modelos econômicos mostram que, se não houver ações, os riscos e custos das mudanças climáticas serão equivalentes à perda de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) ao ano e os custos das ações para reduzir as emissões e evitar os piores impactos ambientais podem ficar limitados a 1% do PIB por ano (ECONOMISTS OF CLIMATE CHANGES, 2005).

Os riscos e vulnerabilidades resultantes das mudanças climáticas implicaram abalos no agronegócio, o que terá impactos significativos na agricultura, pecuária e silvicultura, oriundos das mudanças das precipitações climáticas, modificações das fertilidades dos solos, ocasionando perda de produtividade, prejuízos à segurança alimentar, migrações de espécies animais, extinções de plantas e conflitos relacionados à saúde como epidemias e doenças. A biodiversidade será afetada na medida em que as espécies terão que se adaptar a novos regimes climáticos, causando perda do patrimônio genético e dos conhecimentos tradicionais, além de ocasionar problemas com o setor de energia e derivados.

### **Teoria dos stakeholders**

A Introdução da Teoria de *Stakeholders* foi desenvolvida, em primeiro momento, por Freeman, em sua obra intitulada *Strategic Management: A Stakeholders Approach*, em 1984, onde declara que a mesma é oriunda da Teoria das Firms. Ele explicou as relações das firmas com o ambiente externo e o comportamento das mesmas sem contato com o meio ambiente. Freeman (1984) delimitou o espaço da responsabilidade social para uma dimensão mais restrita com a seguinte definição de *Stakeholder*: qualquer grupo ou indivíduo que possa afetar ou é afetado pelos objetivos organizacionais. Assim sendo, abre espaço para qualquer um que possa afetar ou

ser afetado pela organização, criando uma possibilidade infinita de atuação de *stakeholder*, pois até mesmo fatores climáticos exercem esse papel (MITCHEL et al., 1997; KEY 1999; FREEMAN 1984).

Os estudos sobre *stakeholders* foram apresentados a partir de vários enfoques. A diferença básica entre eles é o grau de importância para as organizações. Existem duas linhas de pensamento. Atkinson et al. (1984), e Berman et al. (1999) definem a importância dos *stakeholders* através do grau da sua contribuição para a performance organizacional. Já Freeman (1984), Donaldson & Preston (1995), Metcalfe (1998) e Moore (1999) afirmam que o objetivo das empresas é atender aos interesses dos *stakeholders* (DONALDSON & PRESTON 1995).

De acordo com Freeman (1984), a palavra "*stakeholders*" foi usada pela primeira vez em 1963, em um memorando interno no instituto de pesquisa de Stanford. Durante a depressão da Companhia General Electric, foram identificados quatro grupos principais de partes interessadas, quais sejam, acionistas, empregados, clientes e o público geral. Em 1950, Robert E. Wood, Diretor da Sears, enumerou os quatro grupos do negócio em ordem de sua importância: clientes, empregados, comunidade e acionistas (PRESTON & SAPIENZA, 1990, p. 362). Wood percebeu que, se as necessidades e os interesses apropriados dos três primeiros grupos fossem atendidos eficazmente, os acionistas da companhia se beneficiariam no longo prazo.

Freeman indica, ainda, que o termo "*stakeholders*" significa generalizar a noção do acionista como o único grupo a quem a gerência tem necessidade de ser responsivo (FREEMAN, 1984, p. 31). Afirma que a organização moderna está afetada por grande número de forças. Essas forças compreendem os acionistas, os parceiros, os clientes, os empregados, os fornecedores e a gerência (FREEMAN, 1984), que são consultados frequentemente com os *stakeholders* (CARROLL, 1993; CLARKSON; 1995). As características destes grupos são vitais à sobrevivência e ao sucesso da organização. As listas dos *stakeholders* são ampliadas facilmente com outros *stakeholders* (secundários) possíveis, tais como a comunidade local, os meios, o governo, os grupos de interesse especial, o público geral e a sociedade. Quando alguns desses grupos não forem formalmente partes da organização, afetam ou estão afetadas por suas políticas internas e comportamento externo. Dessa observação, Freeman deriva a responsabilidade da gerência em verificar os interesses de diferentes clientes, ou seja, todo o grupo ou indivíduo que são afetados ou afetam a organização em busca de seus objetivos.

O conceito de *stakeholders* abrange o que os administrados conhecem e pensam, e são importantes para a organização no geral. E isto são funções do administrador, Freeman argumenta, ainda que os *stakeholders* possam ser utilizados para enriquecer a compreensão dessas tarefas estratégicas. Os gerentes e os pesquisadores podem utilizar e compreender os

*stakeholders* através de perguntas estratégicas em ambientes turbulentos em que muitas multinacionais têm que operar hoje em dia (FREEMAN, 1984).

Os diferentes modelos dos *stakeholders* modelam e representam narrativas diferentes (WICKS et al., 1994), ou usando as palavras de Morgan (1986), "imagens diferentes das organizações": os *stakeholders* podem ser desembarçados em um grande número de teorias de *stakeholders*, cada qual com o seu "núcleo normativo", ligado inexplicavelmente à maneira como as corporações devem ser governadas e à maneira como os gerentes devem agir.

Assim, as tentativas de vários pesquisadores em definirem o termo inteiramente requerem cuidados com a teoria de *stakeholders*, pois se trata de uma teoria "misguided" (FREEMAN 1984, p.413). Particularmente, a versão gerencial da teoria dos *stakeholders* é influenciável. Esta versão afirma que o papel da gerência é recolher informações a respeito dos interesses de todos os indivíduos e grupos sem cujo interesse a organização cessaria de existir.

### **Uma Introdução à Economia Ecológica**

De acordo com Constanza (1989; 1991; 1994), a economia ecológica é uma nova abordagem transdisciplinar que contempla toda a gama de inter-relacionamento entre os sistemas econômico e ecológico. A garantia da sustentabilidade de sistemas econômicos e ecológicos depende da capacidade para traçar objetivos locais e de curto prazo e para criar incentivos (como o crescimento econômico local e os interesses privados) consistentes com os objetivos globais e de longo prazo (como a sustentabilidade e a qualidade de vida mundial). É a escola de pensamento que reconhece explicitamente as interconexões e a interdependência dos mundos econômicos, biofísicos e sociais (GOWDY & ERICKSON, 2005).

Para isso, é necessário, segundo Constanza (1991; 1994), a) estabelecer uma hierarquia de objetivos para o gerenciamento e o planejamento econômico e ecológico em nível local, nacional e global; b) desenvolver melhores capacidades de modelagem ecológica econômica regional e global, de forma a permitir uma visão da gama de possíveis consequências de nossas atividades atuais; c) ajustar preços e outros incentivos locais para que reflitam os custos ecológicos globais a longo prazo, *inclusive a incerteza*; e d) desenvolver programas que não levem ao declínio contínuo do estoque de *capital natural*.

Soderbaum (1999) enumera mais três funções-chave da economia ecológica, que são: a) valorização do trabalho para uma sociedade sustentável, ações como, por exemplo, a Agenda 21; b) direcionamento dos esforços na proteção ambiental do que os paradigmas neoclássicos e c) interação de outras disciplinas. Este autor afirma que a

ciência pode ser ou deveria ser separada da sociedade, escutando e aprendendo com os *stakeholders*.

A Economia Ecológica fundamenta-se no princípio de que o processo do sistema econômico, considerado nas escalas temporal e espacial mais amplas, deve ser compreendido tendo-se em vista as condições do mundo biofísico sobre o qual este se realiza, uma vez que é deste que derivam a energia e as matérias-primas para o próprio funcionamento da economia.

Uma vez que o processo econômico é também físico, as relações físicas não podem deixar de fazer parte da análise do sistema econômico, o que as tornaria incompleta. Com isso, a natureza do problema envolve elementos tanto econômicos quanto biofísicos. Por sinal, o descaso ou pouca relevância atribuída aos atributos biofísicos da economia nos modelos da economia convencional vem sendo, assim, o principal ponto de crítica e motivação da Economia Ecológica.

Conforme Constanza (1989; 1994), a Economia Ecológica difere da economia e da ecologia convencionais tanto em termos de amplitude da sua percepção do problema quanto à importância que atribui à interação do meio ambiente – economia. Ela assume esta visão mais ampla e abrangente em termos de espaço, tempo e das partes do sistema a serem estudadas. Neste sentido, a Economia Ecológica não rejeita os conceitos e instrumentos da “economia convencional” e da “ecologia convencional”, e irá utilizá-los sempre que estes se fizerem necessários, mas reconhece a insuficiência destes para o propósito de uma análise integrada, apontando para a necessidade do desenvolvimento de novos conceitos e instrumentos.

Deste modo, por ser um campo pluralista transdisciplinar, na Economia Ecológica encontram-se diversas (e mesmo divergentes) abordagens, ora se aproximando mais da economia, ora mais da ecologia. Diversas são as formas propostas de incorporação dos princípios biofísicos, assim como também são diversos os princípios econômicos elencados e várias as formas de mediação propostas, o que faz com que a Economia Ecológica mostre-se como um campo heterogêneo dentro de seu propósito comum.

### **Convergências entre Teoria *Stakeholders* e Economia Ecológica**

Segundo Santos et al. (2006), os recursos naturais estão sendo destruídos por atividades desenvolvidas pelo homem, e estas ocasionam sérios problemas de poluição no ar, na água e nos solos. Essas atividades estão relacionadas diretamente com os setores econômicos mundiais, envolvendo *stakeholders* de diferentes interesses e valores.

A difusão dos problemas ambientais gerados, o grande número de *stakeholders* envolvidos assim como as heterogeneidades espacial, temporal e tecnológica da agricultura e dos sistemas de pecuária tornaram a implementação dos instrumentos políticos ambientais

mais difícil, não somente do ponto de vista ambiental, mas também em dimensões sociais e econômicas (WEERSINK et al., 1998; ROMSTAD, 2003).

### **Relações das influências dos *Stakeholders* na Economia Ecológica**

A Economia Ecológica engloba e transcende os limites disciplinares e assiste a economia humana como parte de um todo maior. Seu domínio é a totalidade da rede de interações entre os setores econômicos e ecológicos (CONSTANZA, 1994). E, segundo este autor, a Economia Ecológica adota um enfoque mais holístico, sendo os seres humanos um dos componentes (embora muito importante) dentro do sistema total. As preferências, o entendimento, a tecnologia e a organização cultural humana coevoluiram para refletir as mais amplas oportunidades e limitações ecológicas. Entretanto, na visão do mundo da economia convencional, os consumidores humanos individuais são as figuras centrais. Seus gostos e preferências são aceitos conforme expressos, constituindo-se em força dominante e determinante.

Finalmente, a teoria de *stakeholders* para gestão estratégica tem sido desenvolvida para tratar de interesses diferenciados dos *stakeholders*. A grandiosidade da teoria dos *stakeholders* é explicar a re-cognição dos problemas que são essencialmente políticos, ambientais, envolvendo valores e interesses (FREEMAN, 1984; WARTICK, 1994; MITCHELL et. AL., 1997).

Diante dessas afirmações, apresenta-se Bansal (2000), que foca a questão da relação da empresa com o ambiente, considerando a perspectiva deste último elemento como um espaço construído a partir da relação do homem/ sociedade e recursos naturais. Trata da questão da sustentabilidade em grandes corporações do setor privado. Trabalha com a relação das empresas com os demais atores sob a perspectiva do Desenvolvimento Sustentável. Os autores utilizaram conceitos como o de eco-comprometimento e o *stakeholder approach*, visto que, junto com o comprometimento, a responsabilidade social, a legitimidade e a *state-society synergy*, consiste em uma abordagem fundamental para que se perceba o eco-comprometimento. Eles conceituam eco-comprometimento como “... *concept of corporate ecological responsiveness refers no to what a firm should do, but to the initiatives that reduce the firm's “ecological footprint”*”, utilizando-se da abordagem de pegada ecológica cunhada. A concepção de responsabilidade ecológica corporativa funda-se na atenção à legislação, na pressão dos *stakeholders*, nas oportunidades econômicas e nas motivações éticas. Conceitua-se responsabilidade ecológica corporativa sobre duas dimensões inter-relacionadas: os contextos de cada empresa e as motivações para assumir referida responsabilidade.

As motivações, segundo Bansal (2000), são classificadas como: (a) competitividade, relacionada ao potencial da responsabilidade ambiental, resultando em

incremento de lucratividade no longo prazo; (b) legitimação, voltada à sustentação e sobrevivência do negócio, em alguns setores específicos, inclusive a licença para operar; e (c) responsabilidade ecológica, identificada com as correntes mais radicais do movimento ecologista, relaciona-se com o cumprimento de obrigações sociais e com decisões baseadas em valores éticos.

A essa classificação relacionam-se os seguintes contextos: (a) tratamento de questões relevantes; (b) construção de campo de coesão; (c) motivações individuais.

As questões relevantes são classificadas como *“the extend to which a specific ecological issue has meaning for organizational constituents”*. No tratamento dessas questões, o seu reflexo no ambiente, a transparência, as informações e os aspectos culturais e emocionais, bem como o potencial de agregar *stakeholders*, criam condições para poder legitimar a atuação das empresas.

Na construção de campos de coesão, os fatores-chave são a intensidade e a densidade das relações estabelecidas entre os membros de um campo organizacional. As motivações individuais, por sua vez, estão relacionadas ao valor que os membros do campo organizacional atribuem às questões ambientais e ao grau de prudência com o qual planejam suas ações. Valores pessoais contribuem na construção da responsabilidade ecológica das firmas e estão associados às motivações relacionadas à legitimação e à responsabilidade ecológica. A questão da legitimidade é relevante, sendo também considerada a questão da competitividade em função da abordagem institucional.

Peterson (2000) incorpora, em seu framework de políticas econômicas, o comportamento (ação) dos seres humanos.

Em uma perspectiva filosófica, situa-se Backer (2006), que fez uma análise filosófica do objeto ser humano na Economia Ecológica, fundamentando-se em três níveis fundamentais do relacionamento humano, que são: a) o relacionamento do ser humano por si só; b) o relacionamento do ser humano com outros humanos; e c) o relacionamento do ser humano com a natureza.

Na teoria econômica “mainstream”, o ator humano usualmente aparece como “homo economicus” racional e maximizador da utilidade. No modelo da economia moderna, refere o ser humano como um autorregulador caracterizado por uma racionalidade específica e concentrado por interesses próprios. Muitas contribuições têm criticado o “homo economicus” como um conceito inadequado para a ecologia econômica. Em estudos empíricos, por exemplo, as referências têm sido feitas por resultados experimentais, os quais mostram que os seres humanos não agem racionalmente por auto-interesse. (JAGER & JANSSEN 2000, p.307; SIEBENHUNER, 2000, p.17). Entretanto, a questão crucial não é como o “homo economicus” pode ser provido ou desprovido em todas as situações empíricas, mas o que interessa é a construção, a qual pode

certamente ser adequada para a análise em muitas situações econômicas, e, em geral, as características são baseadas em fenomenologia.

A construção do “homo economicus” implica perspectivas limitadas e específicas nas relações com os seres humanos com gerações futuras ou nas relações humanas com a natureza. Ambas as relações não podem ser capturadas e não podem ser consideradas nas questões centrais da EE – a questão para a sustentabilidade e a questão para a relação entre a economia e a natureza – base do conceito do “homo economicus” (FABER et al., 2002). Um conceito-base é a atribuição do interesse sistêmico nas gerações futuras para as gerações presentes.

A Economia Ecológica, entretanto, tem considerado que há outros construtos sensíveis do ser humano e isto motiva a mais ações inseridas nesta disciplina. Neste ponto, os pensamentos da história filosófica podem providenciar importantes “insights”, como os de Aristóteles e Rousseau. Aristóteles acreditava que o que faz os seres humanos são as relações da sociedade, e a participação ativa pode tornar os seres humanos perfeitos, e Rousseau propõe a existência de dois momentos, definindo o “homo ecologicus” através de três características, que são a) a relação com a natureza baseada na simpatia e no respeito; b) orientação em criatividade e c) relacionamentos com a natureza especialmente baseados nas experiências pessoais e estimuladas. Neste momento, existe uma relação de construção do bem-estar e da excelência humana baseada em relações éticas (ARISTOTLE, 1984; ROUSSEAU; 1995; BECKER, 2003).

Já Soberbaum (1999) desenvolve outra linha de pensamento, o qual aborda o ser humano através do “Political Economic Person” (PEP), que o considera um ator que busca muito mais do que maximizar a utilidade, mas que busca resgatar regras e ou normas e uma rede de relacionamentos. Para entender o comportamento dos indivíduos são necessários alguns conceitos essenciais como função, relacionamentos, atividades, motivações, interesses; em nível mais integrado: identificação, redes, estilo de vida, orientação ideológica, poder e recursos. E, dentro do espectro “Political Economic Person”, esse autor inclui ainda os aspectos socioculturais, institucionais, físicos e ecológicos.

Segundo Soberbaum (1999), na economia neoclássica, o homem é visto como consumidor. A visão do homem pode ser útil para algumas razões, mas é insuficiente para os propósitos presentes. A pessoa pode agir de maneira responsável na sociedade através dos mercados, mas há outras regras que são relevantes na relação social e nos problemas ambientais e ações, como os pais, um profissional, um membro de uma organização ambiental e um cidadão. Enquanto a terminologia mostra os pontos para os aspectos políticos, o indivíduo é, ao mesmo tempo, considerado como um ser social, uma pessoa inserida em uma rede de relações sociais. Somente um ator nestas relações estabelecem relações de mercado. Ao invés de tensões entre vários motivos e interesses, o

indivíduo é, de algum modo, mantido em conjuntos através de ideias, regras ou identidades em relação a cada contexto sociocultural específico.

Soderbaum (1999) afirma ainda que a teoria da firma para a teoria de *stakeholders* representa um nível significativo, ao passo que a teoria dos *stakeholders* aborda o interesse das partes que têm alguma coisa em comum, mas não inexistindo os conflitos de interesses.

O modelo de “Political Economic Organisation” considera algumas medidas positivas dos *stakeholders* e a interação das redes de modelos indicados. O interesse neste modelo, segundo Soberdaum, é que ele responde a algumas fraquezas da teoria neoclássica (em relação ao

meio ambiente e ao desenvolvimento) como descrito abaixo: ser aplicável em todo tipo de organização e não exclusivo a empresas; ter visibilidade individual como atores em suas responsabilidades.

A organização é considerada como uma coletividade de atores individuais que diferem em alguns aspectos, mas em tamanhos de valores e tipos de orientação ideológica ou conceito empresarial. Cada indivíduo é um “Political Economic Person”, um centro potencial para iniciativas e ações relacionadas ao meio ambiente e outros assuntos, enquanto a organização é um “Political Economic Organization”, que tem políticas ambientais, políticas sociais e outros.

Na Figura 1, verifica-se como os três autores se comportam diante dos princípios da Teoria dos *Stakeholders*, Economia Ecológica e suas interações com as mudanças climáticas.

Abordagens	Soberdaum (1999)	Bansal (2000)	Becker (2006)
<i>Stakeholders</i>	Normas e rede de relacionamentos na construção do “Political Economic Person”	Relações entre <i>Stakeholders</i> e organização	Filosofia do ser humano na busca dos relacionamentos com o meio ambiente
Economia Ecológica	Aspectos políticos inseridos nos relacionamentos do ser humanos inseridos no meio ambiente	Eco-comprometimento	Eco-construção para sustentabilidade “Homo Economicus”
Interações entre <i>Stakeholders</i> e Economia Ecológica para Mudanças Climáticas	Ideias, normas, e identidades nas relações sociais, econômicas, culturais e ambientais.	Motivação ética Responsabilidade ecológica	Relações baseadas em respeito, éticas e bem-estar com o meio ambiente.

**Figura 1:** Abordagens que abrangem *stakeholders* e princípios do conceito da Economia Ecológica.

Fonte: Baseado em Soberdaum (1999), Bansal (2000) e Becker (2006).

## CONCLUSÕES

Neste ensaio, buscou-se evidenciar a importância do uso dos *stakeholders* no contexto da Economia Ecológica voltada para os efeitos das mudanças climáticas. As relações entre os *stakeholders* influenciam a Economia Ecológica através de suas ações, interesses e valores que analisam a amplitude dos problemas ambientais.

As mudanças climáticas são fatos que fazem parte do cotidiano da sociedade e passaram a incorporar às organizações um novo olhar diante do meio ambiente.

A economia ecológica difere da ecologia convencional na importância que atribui aos seres humanos enquanto espécie e em sua ênfase sobre a mútua importância da evolução cultural e biológica. A visão econômica convencional define valor como sendo a expressão das preferências individuais humanas, tomando-se as preferências conforme expressas, sem tentar-se analisar suas origens ou padrões de mudança em longo prazo (CONSTANZA, 2004).

A economia ecológica busca, nas relações com os *stakeholders*, as interconexões sistêmicas entre o meio biofísico, político, social e econômico. E, para haver mudanças em prol do meio ambiente, com ética e

responsabilidade, é necessário refletir todos os efeitos das mudanças climáticas no desenvolvimento da sociedade para as gerações futuras criarem alternativas.

## REFERÊNCIAS

Altkinson, A. A., Waterhouse, J., Wells, R.A *stakeholders* approach to strategic performance measurement. Sloan Management Review, v.38, n.3,p.25-36, 1997.

Aristotle. Politics. University Press, Chicago. Translation by C. Lord, 1984.

Bansal, P., Roth, K. Why Companies Go Green: A Model of Ecological Responsiveness. The Academy of Management Journal, v.43, n.4, p. 717-736, 2000.

Berman, S.L., Wicks, A.C.,Kotha, S.; Jones T.M. Does *stakeholders* orientation matter? The relationship between stakeholder management models and a firm's financial performance. Academy of Management Journal, v.42, n.5, p. 488-506,1999.

Becker.C. The human actor in ecological economics: Philosophical approach and research perspectives. Economics Ecological,v.60,p.17-23,2006.

Carrol, A.B. Business and society: ethics and stakeholders management, South-Western Publishing, Cincinnati,OH, 1989.

Clarkson, M.B.E. A stakeholder framework for analysing and evaluating corporate social performance. Academy of Management Review Mississippi State, v.20, n.1, p.92-117, 1995.

Constanza, R. Economia ecológica: uma agenda de pesquisa, In: Valorando a natureza - análise econômica para o desenvolvimento sustentável. Editora Campus. Rio de Janeiro. 111 – 144,1994.

\_\_\_\_\_. What is ecological economics? Ecological Economics, Vol. 1, p.1–7,1989.

\_\_\_\_\_. Ecological Economics: The Science and Management of Sustainability. Columbia University Press, New York, 1991.

ECONOMISTS OF CLIMATE. Volume I Report. Select committee on Economic Affairs. 2nd Report of Session 2005-2006,2005. Disponível em:< [http://www.parliament.uk/parliamentary\\_committees/lords\\_economic\\_affairs.cfm](http://www.parliament.uk/parliamentary_committees/lords_economic_affairs.cfm).> Acesso em: 10 jun., 2007.

FAO – Food and Agriculture Organization. Adaptation to climate change in Agriculture, forestry and fisheries:

perspectives, framework and priorities. Disponível em: <http://www.fao.org>. Acesso em: 10 jun., 2008.

Faber, M., Petersen, T., Schiller, J. Homo economicus and homo politicus in ecological economics. Ecological Economics, v.40, p. 323–333, 2002.

Freeman, R. E. Strategic management: a stakeholder approach. Boston: Pitman Publishing,1984.

Figueres, C., Ivanova, M.H. Mudanças climáticas:interesses nacionais ou um regime global? In:Esty, D.; Ivanova, M. H. (Orgs), Governança Ambiental Global: opções e oportunidades. São Paulo: SENAC, 2005.

GOWDY, J., ERICKSON, J. D..The approach of ecological economics. Cambridge Journal of Economics, v. 29, p. 207-222, 2005

IPCC. Fourth Assessment Report Climate Change 2007: Mitigation of Climate Change. Summary for Policymakers, Working Group III, 35 p.2007.

Jager, W., Janssen, M.A. (Eds.). The human actor in ecological–economic models. (Special Issue). Ecological Economics, v. 35, p. 307–418, 2000.

Key, S. Toward a new theory of the firm: a critique of *stakeholders* theory. Management Decision, v. 37, n.4, p.317-328,1999.

Metcalf, C.E.The stakeholder corporation. Business Ethics: A European Review, v. 7, n.1, p. 30-36,1998.

Mitchell, R. K., Agle, B.R., Wood, D. J.Toward a theory of stakeholder identification and salience: Defining the principle of who and what really counts. Academy of Management Review, v.22, p.853-886,1997.

Moore, G. Inged shareholder theory:or what's so special about *stakeholders*? Business Ethics: A European Review, v. 8, n. 2, April, p.117-127, 1999.

NAE. Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Brasília, 2005.

Pohl, C.Transdisciplinary collaboration in environmental research, Futures, v. 37, p.1159 – 1178, 2005.

Peterson, G. Political ecology and ecological resilience: An integration of human and ecological dynamics. Ecological Economics v. 35, p; 323–336, 2000.

Romstad, E. Team approaches in reducing nonpoint source pollution. Ecological Economics, v. 47, p. 71–78, 2003.



Rousseau, J. Discours sur l'origine et les fondements de l'inegalite parmi les hommes. Meiner. Hamburg,1995.

Santos, R., Antunes, P., Baptista, G., Mateus,P., Madruga,L. *Stakeholders* participation in the design of environmental policy mixes. *Ecological Economics*, v. 60, p.100-110,2006

Siebenhuner, B. Homo sustinens — towards a new conception of humans for the science of sustainability. *Ecological Economics*, v.32, p. 15–25,2000.

Soderbaum, P. Values, ideology and politics in ecological economics. *Ecological Economics*, v.28,p.161-170,1999.

Van Der Sluijs, J. P. Away out of the credibility crisis of models used in integrated environmental assessment. *Futures*, v. 34, p.133–146, 2002.

Wartick, S. Essay. *Business & Society*, v.33, n.1, p.110–117,1994.

Weernsink, A., Livernois, J., Shogren, J., Shortle, J. Economic instruments and environmental policy in agriculture. *Canadian Public Policy. Analyse de Politiques*, v. XXIV, n.3, p. 309–327,1998.

Recebido em 30/01/2011

Aceito em 30/03/2011